

Manifesto

Eunice Macedo

Paola Melchiori

Nilma Renildes da Silva

Monica Riutort

Tereza Cristina Albieri Baraldi

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Como citar: MACEDO, Eunice *et al.* Manifesto. *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Mulheres em tempos de pandemia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 17-22.

DOI:<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-348-9.p17-22>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MANIFESTO

Eunice Macedo

Paola Melchiori

Nilma Renildes da Silva

Monica Riutort

Tereza Cristina Albieri Baraldi

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Mariângela Spotti Lopes Fujita

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema individual e social preocupante que atinge a vida de mulheres e homens em todo o mundo e não podemos cruzar os braços diante da miséria mundial, como lembra Paulo Freire (1996).

Considerando o problema acima e inspirados pela possibilidade de mudar essa realidade dramática, pesquisadores iniciaram a criação de uma rede de pesquisa sobre “violência contra as mulheres” durante o evento *Global Violence Prevention Symposium*, realizado de 22 a 24 de junho de 2016 em Ontário, Canadá.

Monica Riutort, Instituto Peel de Prevenção da Violência, e Paola Melchiori, Presidente da Rede Feminista Internacional de Universidades
<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-348-9.p17-22>

em conjunto com os Professores Doutores Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Nilma Renildes da Silva, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) são os pesquisadores.

Posteriormente, por ocasião da XIII SEMANA DA MULHER - Mulheres e gênero: olhares para educação, mídia, saúde e violência, realizada de 28 a 30 de março de 2017 em Marília, Estado de São Paulo, Brasil, pesquisadores de diversos países e instituições discutiu as bases e o funcionamento de uma rede de pesquisa consubstanciada no texto intitulado “Manifesto em Rede”.

O texto do Manifesto tem como base os relatos de Tereza Cristina Albieri Baraldi do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília (NUDHUC) e os slides de apresentação de Eunice Macedo do CIEE-FPCE Universidade do Porto e do Instituto Paulo Freire de Portugal.

O documento, “Manifesto”, discutido em diversas reuniões via Skype ao longo de 2017, que culminou na elaboração do Regulamento que instituiu a “REDE MULHERES VIVAS”, apreciado e aprovado em reunião do Instituto de Políticas Públicas de Marília - IPPMar em novembro 23, 2018, com a qual a Rede se vinculou institucionalmente.

A ALIVE WOMEN NETWORKING considera, portanto, que a educação em todos os níveis profissionais e um bom funcionamento do trabalho interprofissional em torno do mesmo objetivo, incluindo a burocracia pública, bem como o trabalho da academia com as comunidades e políticas públicas são condições fundamentais para reduzir a violência contra as mulheres e a mercantilização da violência.

2. IDEIA DO MANIFESTO

A ideia de dominação masculina e a consciência das formas graduais de violência impostas às mulheres pelo patriarcado, aparecem hoje como verdades inegáveis. Assassinatos, estupros, tráfico de mulheres e o abuso

físico e psicológico de mulheres são amplamente documentados hoje por relatórios internacionais discutidos nos jornais diários.

Em instituições especializadas, muitos programas organizam intervenções de apoio para mulheres vítimas de violência e até mesmo para homens perpetradores de violência. Por mais úteis que essas intervenções sejam, a construção de uma categoria de violência como um problema específico e de “homens violentos” tende a esconder o problema que reside mais na cultura e nas estruturas sociais compartilhadas “normais” e dominantes de onde se origina a violência e legitimado.

O que fica difícil de ver é que a presença dessa violência “é” toda uma cultura, um sistema institucionalizado, funcionando junto, às vezes de forma naturalizada. Ela permeia toda a vida cotidiana e faz parte da “normalidade” de muitas culturas, de muitas famílias. Permanece inquestionável até que, quando se torna extremo, é visível e então classificado como “surpreendente”, “imprevisível”, o efeito de “tempestades repentinas” apresentadas como “fora de contexto”.

O que permanece difícil de aceitar é justamente o fato de que matar, violar, humilhar e degradar as mulheres é feito principalmente por maridos, filhos, pais e amantes, que o lugar onde os homens procuram a relação mais segura e de proteção é o mesmo que esconde formas extremas de violência. Esta forma de dominação, a mais antiga e profunda da história, é difícil não só de lutar, mas até de identificar, pois se caracteriza por formas específicas de submissão que envolvem formas de cumplicidade da própria vítima. Além disso, que se conjugam com a socialização da mulher para calar, a falta de voz e o desconhecimento das instituições sociais ainda em contextos muito diversos. Precisamos permanecer constantemente nós que na sociedade patriarcal as mulheres foram educadas para agradar e perdoar, um sistema que é fortemente apoiado pela religião e outras instituições sociais. Por outro lado, os homens são educados para resistir ao desconhecido e contra-atacar novas expectativas e foram socializados dentro de uma forma de masculinidade legitimada pela dominação e pelo desrespeito às mulheres.

A família, o amor, todas essas relações íntimas ainda “preservam a dominação mais longa e enigmática já conhecida na história: a guerra não declarada que leva os homens a garantirem sua identidade” sobre “o corpo e a pessoa femininos”, alternativamente exaltada ou vilipendiada. É esse corpo que eles sentem que têm permissão para matar, quando ele não responde imediatamente às suas necessidades físicas e psicológicas. Além disso, isso acontece tanto nas “sociedades menos desenvolvidas” quanto nas sociedades modernas, onde a igualdade e a emancipação das mulheres são as “mais desenvolvidas” do mundo, bem como entre as classes altas, ao contrário das crenças convencionais. Mesmo as formas mais extremas de exploração do corpo das mulheres que alimentam os impérios econômicos atuais em torno da sexualidade, prostituição e tráfico sexual, tiram força dessas necessidades, são consideradas totalmente naturais e normais. A obra da civilização parece parar no limiar dos espaços privados, das casas. As mulheres são objeto de um duplo processo de violência: sobre elas e sobre seus filhos, que são objetos de violência por procuração e sofrem suas consequências ao longo de suas vidas.

Nos anos em que se iniciou o movimento feminista, as feministas pensaram que o crescimento da liberdade e da autonomia feminina poderia se tornar um recurso que poderia proporcionar aos homens uma experiência diferente de si e de seus próprios corpos, abrindo, portanto, uma saída para a violência. As feministas achavam que uma análise mais profunda da relação dos homens com seu corpo, sua sexualidade, seu desejo e as representações que eles dão à sua identidade poderia ajudá-los a se entender e encontrar outras formas de viver sua própria masculinidade.

Isso não aconteceu conforme o esperado.

Ainda assim, o que é definido como bom senso indica que muitos homens ainda consideram as mulheres como sua propriedade privada e muitas vezes um homem dirá “Eu a matei porque ela é minha”. Como Eduardo Galeano (ARAÚJO, 2015), uma vez disse ‘matei-a por medo’. Porque a violência do homem é o espelho do medo do homem por uma mulher destemida.”

Em todo o mundo, os homens têm revelado uma forte “resistência” totalmente inesperada à mudança e à análise da identidade masculina de uma forma que permita que a mudança aconteça.

A emancipação das mulheres “marcou a visibilidade deste problema, mas não o resolveu. Revelou os limites da emancipação feminina, pois a emancipação leva as mulheres para o espaço público sem questionar as características que as afastavam: seus corpos, sua sexualidade, maternidade e o fato de as estruturas públicas terem sido construídas sob o paradigma masculino e não mudaram para receber mulheres. A igualdade das mulheres gerou uma ameaça. De certa forma, exacerbou essa forma de violência. O que começou como um caminho de igualdade de direitos, de acesso à cidadania plena, está se tornando “uma guerra”, pois as mulheres ousam dizer que seu valor social, econômico e simbólico nem sempre está “naturalmente disponível”. Com a saída das mulheres dos lugares em que estavam posicionadas, até a localização dos homens começou a perder suas fronteiras definidas e indiscutíveis.

Estamos em um momento difícil de transição. Hoje as mulheres têm que se libertar da escravidão e da cumplicidade para manter certos cargos, enquanto os homens têm que perder seu poder, sua autoimagem e seus privilégios “naturais”. Além disso, neste momento da história a combinação entre o encolhimento das bases materiais da vida e o questionamento dos equilíbrios ancestrais torna o caminho mais difícil, para homens e mulheres. A reestruturação das economias globais exige uma disponibilidade e flexibilidade ainda mais completas das mulheres em seu papel oculto de reprodução da vida diária emocional e material. As mulheres são solicitadas a aumentar sua disponibilidade, seu trabalho material e mental, bem como sua função de “absorção de choque” nos níveis pessoal, social e simbólico. Portanto, à medida que os mecanismos tradicionais de absorção de choque (ocultos e desvalorizados, mas sempre disponíveis) se tornam visíveis e questionados, seu afastamento por iniciativa própria autônoma do papel que lhes foi atribuído desde os séculos passados é visto como ameaçador e inaceitável.

Não basta apelar para penas mais severas para os agressores ou focar nas vítimas. Nenhuma intervenção específica sobre a violência contra as mulheres pode ter sucesso se toda a cultura “normal”, onde os homens têm direitos “naturais” e óbvios, não for questionada, confrontada e comparada na forma que assume em diferentes culturas e regiões do mundo. Tampouco mudará se um novo paradigma de participação democrática - que implica paridade - não for colocado em prática. A análise sobre o que é comum, o que é diferente e semelhante nas condições das mulheres em todas as culturas e estruturas sociais é necessária para identificar respostas gerais e específicas.

Mulheres e homens têm que quebrar aquele muro que mantém os homens, suas instituições, suas consciências longe de qualquer mudança, longe de: examinar sua cumplicidade na aceitação de seus papéis historicamente determinados, longe de questionar as conexões da construção de sua identidade com o funcionamento de o domínio público, longe de enfrentar o fato de que através da imagem que os homens forjaram do outro sexo ocorre um conflito que está inteiramente dentro da construção de sua identidade masculina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. L. Galeano, aquele que nos ajuda a olhar a vida. *Bem blogado*, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/galeano-aquele-que-nos-ajuda-a-olhar-a-vida/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.